

A imigração e a questão “étnica”, ganhos ou perda de identidade? Uma reflexão em torno dos hutus e tutsis residentes na província moçambicana de Nampula

Sérgio de Melo Doce Taibo

Doutorando em História, Política e Bens Culturais, Bolsista da CAPES | FGV- RIO | DCSF
Contato: sergiotaibo@yahoo.com.br

RESUMO

Desde a existência da humanidade, os indivíduos têm se deslocado de um lugar para o outro por diversas razões e à procura de melhores condições de vida. Este é o caso dos h́utus e tutsis de Ruanda e Burundi, que devido aos conflitos étnicos e políticos em que estão mergulhados, têm se deslocado para lugares em que gozavam de relativa estabilidade, como é o caso de Moçambique. Nesta perspectiva, o texto tem como objetivo refletir sobre a imigração, tendo em conta a questão étnica, partindo do pressuposto de que os imigrantes podem perder ou ganhar uma nova identidade no local de chegada. Para a análise do texto, basear-se-á na teoria individualista push-pull defendida por Ernest Ravenstein, e, mais tarde, por Everett Lee e a teoria estruturalista da abordagem transnacionalista. Contudo, são várias as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes. Mesmo sendo de origem étnica diferente, estes sentem-se obrigados a assimilar parte da cultura moçambicana para que se possam sentir integrados dentro da sociedade acolhedora.

Palavras-chave: Assimilação; “grupos étnicos”; hutus; tutsis e imigrante.

ABSTRACT

Since the existence of humanity, individuals have moved from one place to another for various reasons and in search of better living conditions. This is the case of the H́utus and Tutsis of Rwanda and Burundi who, because of the ethnic and political conflicts in which they are immersed, have moved to places where they enjoyed relative stability, as in the case of Mozambique. In this perspective, the text aims to reflect on immigration taking into account the ethnic issue, starting from the assumption that immigrants can lose or gain a new identity in the place of arrival. For the analysis of the text, it will be based on the push-pull individualist theory defended by Ernest Ravenstein, and later by Everett Lee and the structuralist theory of the transnationalist approach. However, there are many difficulties faced by immigrants, even if they are of a different ethnic origin, who feel obliged to assimilate part of the Mozambican culture in order to feel integrated within the welcoming society.

Key-words: Assimilation; “ethnic groups”; hutus; tutsis and immigrant.

Introdução

Desde os primórdios da humanidade, o ser humano sempre procurou se deslocar de um lugar para o outro à procura de melhores condições de vida. A África Austral e Moçambique, em particular, viveram estes momentos com a vinda da comunidade de origem bantu, que viria modificar drasticamente o modo de vida da população que encontraram nesta região do continente.

A maior parte da vasta região outrora ocupada pelos caçadores-coletores tornou-se posteriormente domínio dos agricultores bantu. Em algumas das regiões bantu, a tradição oral menciona encontros casuais com homens pequenos que antigamente teriam vivido e caçado na selva e na floresta (...) quando os bantu colonizaram este setor do sul da África Central, confinando e assimilando gradualmente as populações San, mais esparsas e cujo modo de vida era muito diferente do seu (MOKHTAR, 2010).

Os primeiros bantus a atingir (...) Moçambique seguiram uma rota próxima do litoral. A preferência por esta via deve-se, sem dúvida, aos condicionais do meio ambiente: maior pluviosidade ao longo da costa, sobressaindo numa região interior árida ou semiárida, sem cursos de água permanente, infestada de glossinas e outras mortíferas doenças tropicais. (RITA FERREIRA, 1982, p.30)

Mais tarde, verifica-se a presença portuguesa que viria a reestruturar a organização socioeconômica e política dos nativos. Como afirma CABAÇO,

Na sociedade colonial em África estarão, frente a frente, bem demarcados, não só “branco e preto”, “indígena e colonizador”, mas também “civilizado e primitivo”, “tradicional e moderno”, “cultura e usos e costumes”, “oralidade e escrita”, “sociedade com história e sociedade sem história”, “superstição e religião”, “regime jurídico europeu e direito consuetudinário”, “código do trabalho indígena e lei do trabalho”, “economia de mercado e economia de subsistência” etc., todos eles conceitos marcados pela hierarquização, em que uns se apresentam como a negação dos outros e, em muitos casos, como a sua “raison d’être”. (CABAÇO, 2007, p. 38)

Face a isto, atualmente tem-se verificado uma entrada massiva de imigrantes no território moçambicano, cujas causas de seu deslocamento são de ordens política, econômica, social, ou devido a problemas naturais, modificando a sociedade local, criando condições para uma nova realidade social. A título de exemplo, temos a questão dos Grandes Lagos e do Corno de África, concretamente em Ruanda e Burundi, a partir da chegada de hutus e tutsis, que nas últimas décadas têm criado enormes fluxos migratórios legais e ilegais em busca de melhores condições de vida.

Nessa perspectiva, o texto tem como objetivo refletir sobre a imigração, tendo em conta a questão étnica, partindo do pressuposto de que os imigrantes podem perder ou ganhar uma nova identidade no local

de chegada. Para a análise do texto, basear-se-á na teoria individualista push-pull defendida por Ernest Ravenstein, e, mais tarde, por Everett Lee e a teoria estruturalista da abordagem transnacionalista.

No que diz respeito à metodologia usada para a redação do texto, é importante referir que foi meramente baseado na consulta bibliográfica. A análise permitiu concluir que os hutus e tutsis, apesar de conservarem a sua “identidade étnica”, estão sujeitos a um processo de assimilação por força das circunstâncias que vão encontrando no local de chegada.

Contextualização da imigração no território moçambicano

Moçambique faz parte da região Austral do continente africano, que segundo a literatura geográfica internacional tem três (3) grandes regiões naturais: África Oriental, Central e Austral (MUCHANGOS, 1999). Após a independência nacional, a 25 de Junho de 1975, o território moçambicano foi dividido, administrativamente, em dez províncias. Em 1980¹, ele foi novamente dividido, resultando em onze províncias. Segundo os resultados preliminares do censo de 2017, divulgado pelo INE², a população moçambicana está estimada em 28 milhões de habitantes, cuja maior parte pertence ao “grupo étnico” Macua³, que do ponto de vista numérico é o mais importante e o mais coeso de Moçambique (PÉLISSIER, 1984).

Em termos econômicos, Moçambique, independente desde 1975, herdou uma estrutura econômica colonial caracterizada por uma grande falta de simetria entre o campo e a cidade, e entre o Sul e o Norte, sendo o Sul mais desenvolvido que o Norte, e a cidade mais desenvolvida que o campo. A falta de uma integração econômica e a exploração e opressão extrema da mão-de-obra constituíram as características mais dominantes dessa assimetria.

(...) desde os finais do século XIX até ao fim da segunda guerra mundial, é caracterizado por duas dinâmicas paralelas: por um lado, a integração de Moçambique na economia capitalista regional cujo centro é a indústria mineira sul-africana (que se desenvolve a partir da segunda metade do século XIX com a descoberta de diamantes e ouro na região do Transvaal), e, por outro, a relação clássica das economias coloniais, que faz de Moçambique fornecedor de matérias-primas para as indústrias metropolitanas. (BRITO, 2009, p.1)

De acordo com BRITO, nota-se que durante este primeiro período, a agricultura e a indústria das colônias foram direcionadas para a exportação, onde os produtos mais frequentes eram o sisal, chá, algodão, açúcar, madeira e a copra, representando, assim, 2/3 dos produtos exportados nos inícios de 1940. A pequena indústria existente neste período, estava voltada para a produção de bens de consumo interno, principalmente do ramo alimentar.

Portanto, no período colonial, a economia moçambicana era caracterizada por estar direcionada ao hinterland⁴, isto é, para uma economia de serviços ferro-portuários orientados para os países vizinhos como a África do Sul, a Rodésia do Norte e Sul (atual Zâmbia e Zimbabwe), bem como a Niassalândia (atualmente Malawi) e de trabalho migratório (a Sul do Save), sectores cujas receitas permitem um certo equilíbrio na balança de pagamentos, uma vez que a capacidade financeira da metrópole era deficitária.

O segundo período da história da economia moçambicana vai desde a segunda metade dos anos 1940 até à independência em 1975, e é caracterizado pelo desenvolvimento de indústrias de consumo interno, visto que neste período, de acordo com Brito (2009) Moçambique passou a ser uma colônia de povoamento, isto é, as autoridades coloniais portuguesas procuraram incentivar a emigração portuguesa para as colônias a fim de construir o chamado “espaço econômico integrado português”⁵.

O terceiro período começa com a independência em 1975, e se prolonga até as primeiras eleições multipartidárias em 1994, caracterizado por um decréscimo econômico como consequência da luta armada pela independência, do apartheid na região Austral de África, bem como do conflito interno entre o



Foto: Sérgio Taibo

Guarda comunitária (Policia Comunitária) do Centro de Refugiados de Maratane, responsáveis pela manutenção da ordem e boa convivência entre os refugiados dentro do acampamento.

Governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)⁶ e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)⁷. Estes fatores acima mencionados aconteceram num período em que a política do Governo era de orientação marxista-leninista, que procurava estabelecer uma economia planificada, onde o Estado deveria desempenhar um papel central, o que por si só criava uma situação problemática, agravada ainda mais pela falta de quadros qualificados, bem como a situação de assimetria entre as regiões do país, cujo período colonial tratou de dividir as tarefas de cada região de acordo com as suas especificidades.

A estratégia de desenvolvimento formulada para inverter esta assimetria apostou numa economia socialista centralmente planificada. No entanto, as conjunturas regionais e internacionais desfavoráveis, as calamidades naturais e um conflito militar interno de 16 anos inviabilizaram a estratégia. O endividamento externo (cerca de 5,5 bilhões em 1995) obrigou o País a uma mudança radical para uma estratégia de desenvolvimento do mercado filiando-se nas Instituições de Bretton Woods e a consequente adoção dum Programa de Ajustamento Estrutural, a partir de 1987. (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994)

O quarto período começa com os AGP e a realização das primeiras eleições multipartidárias, e se caracteriza por um boom econômico com base na indústria extrativa dos recursos naturais e mineiros para a exportação. Não obstante, apesar da recuperação econômica a partir dos anos 90, o Estado ainda não consegue equilibrar o pagamento dos serviços públicos

como acontecia no passado, e ainda é dependente da ajuda externa no que concerne ao orçamento do Estado. Apesar do notável crescimento econômico que o país vem registrando, muitos moçambicanos continuam vivendo abaixo da linha da pobreza.

Moçambique e as migrações

Não é possível apontar um marco exato de surgimento de movimentos migratórios no mundo. Talvez o mais pacífico e hipotético seja, por exemplo, a idéia corroborada por PERDOMO (2007) e GONÇALVES (2015), de que o surgimento das migrações também se confunde com o surgimento da humanidade, com a própria dinâmica social na medida em que não existe nenhum povo que não tenha recebido a influência de vários movimentos migratórios ao longo da sua formação. As Migrações ganharam ímpeto na era contemporânea, estimuladas por avanços tecnológicos nos sectores de transporte e comunicações, pela acelerada internacionalização da economia e pelo agravamento de disparidades políticas, sociais e econômicas, problemas, culturais, naturais e religiosos entre regiões e países (FARIA, 2014).

Segundo WETIMANE (2012), durante muito tempo o estudo das migrações foi feito de maneira fragmentada. Cada ramo das ciências procurou puxar para si a legitimidade explicativa dos fenômenos migratórios. As migrações, como qualquer outro fenômeno social, não podem ser explicadas com recurso a uma teoria isolada, mas sim como um fenômeno multidisciplinar e estrutural. Assim, convém apresentar dois tipos de teorias migratórias - a teoria individualista (push-pull) e a teoria estruturalista transnacionalista que vão fundamentar a temática em alusão. As maiores contribuições da teoria individualista push-pull foram avançadas no

século XIX pelo geógrafo e cartógrafo inglês Ernest Ravenstein, em 1885, e, mais tarde, por Everett Lee, em 1966, tendo-se tornado quase obrigatória. Estes autores pioneiros procuraram conceber uma “lei das migrações” a partir duma perspectiva econômica e espacial (geográfica), na qual os movimentos migratórios assentam numa série de condicionantes de “repulsão” e de “atração” (push-pull), associadas às regiões de destino e de origem dos fluxos migratórios (PEIXOTO, 2004).

Os fatores repulsivos, do local de origem, estavam ligados a um leque de causas econômicas como falta de acesso à propriedade ou ao uso da terra, desemprego, salários baixos, terras inférteis, fome e secas, falta de liberdade política ou pressão demográfica, enquanto os fatores atrativos, do local de destino, estavam associados à disponibilidade de terra, procura de mão-de-obra, salários elevados, nível de vida elevado, liberdades políticas, entre outros (MONTEIRO, 1997).

Na teoria estruturalista da abordagem transnacionalista, ARANGO (2003), afirma que os migrantes mantêm uma ligação com a sua região de origem. Outras abordagens dos movimentos migratórios consideram que os migrantes fazem uma ruptura com as origens, renunciando aos velhos hábitos, e assimilam a cultura do país receptor, desde logo, através da aprendizagem de uma nova língua.

Importa salientar que Moçambique tem verificado um fluxo migratório considerável pela estabilidade política e econômica que vive. Tratam-se de migrações internacionais que KEELY (2000), define como sendo alteração da morada habitual, incluindo atravessar uma fronteira política. Nesta perspectiva, LEITE & UMBELINO (1994, p. 54), chamam mi-

grações internacionais, aquelas que *envolvem mudança de um país para o outro. Elas podem ser intercontinentais, se implicarem uma mudança de continente e intracontinentais, se elas se procederem dentro do mesmo continente.*

Com base nesses conceitos, pode-se afirmar que o tipo de migração que se pretende abordar é intracontinental, isto é, que acontece dentro do continente africano, no sentido norte-sul, principalmente com os povos oriundos da República Democrática do Congo, Burundi, Ruanda, Somália, Etiópia, Nigéria, entre outros, que procuram proteção e melhores condições de vida. *Embora as migrações estejam ligadas à história de Moçambique e seja um fenômeno gradual, a falta de informação e de dados surge como um dos entraves para a sua análise. A fraqueza estatística do fenômeno migratório resulta da falta de informação sobre as causas, tipologias e gestão dos fluxos migratórios* (PATRÍCIO, 2016, p. 3).

Com estes dizeres, pretende-se salientar que é difícil precisar em termos cronológicos esta entrada de imigrantes no país, seja pelo fato de elas acontecerem diariamente, seja em função das fragilidades no controle das fronteiras, aliado à falta de condições técnicos-materiais para a sua supervisão e registros. Para RAIMUNDO, ao analisarmos a questão migratória no país do ponto de vista cronológico ou histórico, devem-se ter como referências *as migrações bantu, o comércio costeiro com os árabes, a colonização portuguesa, a escravatura, o trabalho forçado, o trabalho migratório para as minas e plantações da África do Sul e plantações da ex-Rodésia do Sul (Zimbábue), incluindo os desastres naturais* (RAIMUNDO, 2011, p. 196 tradução nossa). Segundo SARMENTO et al (2009, p. 23), depois de 1992-1994, o número de

imigrantes e a variedade de nacionalidades alargou-se através de três grandes ondas de imigração: *A primeira foi dominada por portugueses que, alegadamente, retornavam ao país para rever os bens deixados após a independência;*

A segunda foi caracterizada pelo predomínio de asiáticos, com destaque para paquistaneses e bengalis que, procuravam melhores condições socioeconômicas; e a terceira, que é atual, destacam-se os asiáticos (chineses, paquistaneses, indianos e bengalis) e do Médio Oriente (libaneses) e da América Latina (brasileiros). Ainda nesta terceira onda, é dominada pela imigração massiva de africanos, principalmente da África Austral, dos Grandes Lagos, da África Ocidental e Oriental. ARNALDO & MUANAMOHA (2013) consideram que estes movimentos migratórios com influência na dinâmica da população – ainda que não seja em curto prazo – são igualmente condicionados pela crise econômica que se verifica em alguns países da Europa, bem como pela instabilidade socioeconômica e política de que padecem muitos países africanos.



Refugiadas comercializando hortícolas retiradas das suas hortas para a sua autonomia financeira

Foto: Sérgio Taibo



Foto: Sérgio Taibo

Centro de Saúde do Centro de Refugiados de Maratane onde o atendimento não tem distinção da sua origem “étnica”;

Por exemplo, na região dos Grandes Lagos, entre Ruanda e o Burundi, verifica-se uma grande rivalidade étnica entre os hutus e os tutsis que já deixaram milhões de mortos. Certos autores afirmam que estes conflitos têm a sua origem na Conferência de Berlim de 1884/5, onde os colonizadores não respeitaram as fronteiras e os “grupos étnicos” que foram encontrando.

Portanto, tudo indica serem as causas sociais, políticas, culturais, econômicas e ideológicas as principais razões da movimentação dos imigrantes para o território nacional. Eles escolhem Moçambique por este país gozar de uma relativa paz, aliada a uma jovem democracia, com um desenvolvimento econômico em ascensão, graças aos recursos naturais e minerais que vão sendo descobertos e explorados, e por outro lado devido à frágil segurança nas extensas fronteiras, além de uma legislação incapaz de controlar este fluxo migratório.

Hutus e Tutsis: ganhos ou perda de identidade no local de chegada

As últimas décadas da História de África têm sido marcadas por conflitos sociopolíticos. Mesmo tendo sido alcançada a independência, os conflitos prevalecem sob forma de luta para tomar o poder e controle das riquezas por parte dos próprios africanos. O exemplo destas contendas políticas tem a questão de Ruanda, que em 1959 viveu uma grande agitação política com o término da opressão colonial que visava o alcance da independência.

Alcançada a independência total de Ruanda e Burundi em 1o de Julho de 1962, por meio de uma resolução da Assembleia Geral da Nações Unidas, o país passou a ser dirigido pelos hutus. Porém, em 1959, houve uma revolta popular agitada pelos belgas que culminou com a queda da monarquia tutsi. Esta situação ganhou outros contornos na década de 1990, quando exilados tutsis de Ruanda invadiram

o país, arrastando-o ao genocídio de 1994. Como afirma FONSECA (2016, p. 222), *a violência apresentada em Ruanda no início da década de 1990, (...) possui um forte enraizamento na sociedade ruandesa pré-colonial, ao mesmo tempo em que esta sociedade é desestabilizada e transformada no decorrer do período colonial, reestruturando a sociedade ruandesa, de modo a acirrar confrontos entre tutsis e hutus*⁸.

O mesmo autor afirma que com a expulsão dos colonizadores belgas e a independência de Ruanda, alguns hutus passam a propagandear um nacionalismo hutu que colocava o tutsi como uma figura a ser “desconfiada” e até “combatida”, o que vai ser amplamente propagado no final da década de 1980 e início da década de 1990 pela mídia ruandesa.

Importa referir que não é intenção trazer uma descrição exaustiva da instabilidade vivida em Ruanda e Burundi nas últimas décadas. Simplesmente, procura-se de forma sintética contextualizar a origem do “confronto étnico” entre os hutus e tutsis na região Central de África. Nessa perspectiva, FONSECA (2016) enfatiza que as questões étnicas se fazem presentes em praticamente toda história contemporânea de Ruanda, assumindo diferentes concepções, entendimentos e práticas, de acordo com a temporalidade que a etnicidade é vivenciada. Mas, é evidente que essas temporalidades estão articuladas de um modo complexo, indo muito além de um mero processo acumulativo de ódio étnico entre tutsis e hutus, que culminaria no genocídio de 1994, considerado um dos maiores na história africana.

O texto pretende mostrar como estes dois grupos “étnicos”, que nas suas zonas de origem se confrontam, constituem em Moçambique um círculo de so-

lidariedade, cujas motivações provavelmente estejam ligadas às condições que o local de chegada oferece, ou pela assimilação da cultura local que obriga essa integração. Contudo, é importante conceitualizar o termo “etnia”, que nos últimos anos tem levantado um debate entre os pesquisadores do ramo das ciências sociais em torno da sua aplicabilidade e significado. Para AMSELLE & M'BOKOLO (2017, p. 14), *a essa problemática construtivista da etnia liga-se a questão da “reapropriação”, que pode ser definida como o fenômeno de retroação (feedback) dos enunciados “éticos” sobre os próprios atores sociais.*

A etnicidade e as etnias emergem a partir de uma tentativa de complementar (ou até de enfrentar dependendo da perspectiva) a concepção de que a humanidade seria delimitada a partir de diferentes raças (FONSECA, 2016, p. 224). Este ponto de vista de que no mundo existem diferentes grupos raciais a partir do século XIX tem como base na teoria de Charles Darwin sobre a evolução das espécies. *O termo raça é introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, por GEORGES CUVIER, inaugurando a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos* (STOCKING, 1968, p. 29 apud SCHWARCZ, 1930, p. 63). Este conceito visava fazer face à reação ao iluminismo com a sua perspectiva unitária do mundo, partindo dos pressupostos da igualdade defendida pelas revoluções burguesas. (GALTON, 1869/1988, p. 86). Como salientam AMSELLE & M'BOKOLO (2017), a produção das identidades sociais a partir daquilo que V. Y. MUDIMBE (1988) nomeou a “biblioteca colonial”, salientava o caráter colonial das categorias étnicas que os colonizadores identificaram as sociedades africanas. Na opinião de CUNHA (1986), a etnicidade é um aspeto importante na sociedade atu-

al, ainda mais em contextos diaspóricos em que as questões e tradições culturais são tomadas em consideração e passam por uma série de sincretismos, fazendo com que boa parte de nossas atividades sejam analisadas a partir de sua comunidade étnica.

Nesta perspectiva, a etnicidade se afasta da concepção “tribalista” que, para a África independente, era vista como algo que “atrapalhava” o desenvolvimento do país, já que em um mundo multicultural, as etnicidades são valorizadas nos ambientes mais cosmopolitas, como nas grandes cidades (CUNHA, 1986 apud FONSECA, 2016, p. 225).

A esse propósito, os evolucionistas sociais afirmavam que em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas, partindo de uma perspectiva comparativa em que todas as sociedades deveriam passar (SCHWARCZ, 1930). Assim, a etnicidade se apresenta não como algo residual, mas também como [...] *formas de organizações eficientes para resistência ou conquista de espaço, em suma, que eram formas de organização política* (CUNHA, 1986, p. 237), possuindo, inclusive, um caráter manipulativo, de modo que ocorra [...] *a escolha de tipos de traços culturais que irão garantir a distinção do grupo enquanto tal depende dos outros grupos em presença e da sociedade em que estão inseridos* (idem, 238).

Diante desta situação, FONSECA (2016) afirma que, se torna difícil determinar ou definir um “grupo étnico”, já que este passa constantemente por uma reinvenção, mas que se pode definir uma identidade

étnica segundo FREDRIK BARTH (1998), onde é membro de um “grupo étnico” aquele que se considera e é considerado como membro de um determinado “grupo étnico”, apesar das limitações existentes nessa delimitação de Barth.

Neste sentido, o que acontece em Moçambique, mais especificamente na província nortenha de Nampula, mais especificamente na província nortenha de Nampula, onde se localiza o maior centro de refugiados do país, o cenário é completamente diferente, pois estas comunidades hutus e tutsis, que no seu local de origem se encontram mergulhados em conflitos, em função das *divisões sociais, políticas e econômicas da sociedade pré-colonial, segundo CUNHA (1986) apud FONSECA (2016, p. 226)*, parecem não ter espaço para isso no novo país, em função do ambiente de solidariedade e confraternização.

Face a essa observação, levanta-se a seguinte questão: será que os imigrantes hutus e tutsis terão perdido a sua identidade e assimilado os hábitos e costumes locais para que não entrem em confronto no local de chegada? Como se sabe, uma das características da cultura é o fato de ela ser seletiva, isto é, a sociedade escolhe aquilo do que acha ser justo e correto para se integrar no seu convívio diário, respeitando a identidade do próximo.

Como refere VIGEVANI, LIMA & OLIVEIRA (2008, p. 184),

As correntes migratórias dos séculos XIX e XX e o tráfico de escravos dos séculos XVI, XVII e XVIII, entre outros fatores, conformaram um mundo no qual já não existem Estados que não sejam consti-

tuídos por uma significativa mistura de povos, etnias e culturas. Em boa parte deles, apesar de eventuais problemas, tem sido possível a convivência pacífica entre os habitantes.

Sendo os hutus e tutsis, na sua maioria imigrantes forçados, a sua chegada a Moçambique acaba sendo uma situação de alívio, na medida em que encontram um ambiente propício para a sua sobrevivência e o recomeço das suas vidas, principalmente em função de gozarem de uma proteção estatal à luz das convenções ou leis internacionais. Nesta perspectiva, e face à presença dos imigrantes, pode-se perceber de antemão que existe um multiculturalismo, assimilação e intercâmbio cultural no local de chegada.

Os diferentes grupos étnicos e o multiculturalismo resultante das migrações

Pretende-se enfatizar que, para além dos nativos, moram em Moçambique comunidades ou “grupos étnicos” provenientes de outros países africanos. Além dos hutus e tutsis, há também povos asiáticos de diversas etnias, línguas e religiões, o que resulta em um autêntico cruzamento de culturas. Muitos autores defendem a idéia que as comunidades receptoras se transformaram em sociedades multiculturais e diferentes. Para estes, a diversidade contribui muito no enriquecimento por parte dos Estados, porque pode criar nova cultura de trabalho, diversidade na maneira de confeccionar os alimentos, nos princípios sociopolíticos, diversidade musical, bem como na língua.

Apesar de os hutus e tutsis possuírem os seus próprios valores culturais, estes são obrigados a assimilar a cultura do nativo como uma questão estratégica

para facilitar a integração. O governo moçambicano tem procurado concentrar estes imigrantes na província nortista de Nampula, de modo a possuir um maior controle sobre eles, bem como facilitar a sua assistência social.

Contudo, é importante realçar que a sociedade receptora nem sempre age de forma positiva com a presença dos imigrantes, o que até certo ponto pode influenciar negativamente na integração deste. Segundo KOLTAI (1988), para alguns nativos, os estrangeiros são vistos com desdém no processo de integração e adaptação, em função do risco de perderem suas terras. Para evitar a reação de parte da população, muitos governos adotaram uma política de assimilação, que segundo SEYFERTH são usadas pelos atuais governos ou Estados que pretendem, especificamente, prevenir a onda de descontentamento ou xenofobia, garantindo assim uma coesão social dentro do seu espaço geográfico. É nesta vertente que ela é vista como um aspecto estratégico para a sobrevivência das sociedades.

Como salientou o antigo presidente brasileiro Getúlio Vargas, citado por SEYFERTH (1997, p.101), *um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade de raça, a unidade de língua, a unidade do pensamento nacional*. É óbvio que estes imigrantes procuram de todas as formas manter a sua identidade de acordo com os seus princípios, e principalmente nos aspetos que os identificam como a questão da língua. Não obstante, dadas as suas dificuldades de integração nos seus primeiros momentos nos locais de chegada, facilmente sofrem a aculturação ou a assimilação da cultura do outro por uma imposição ou por força das circunstâncias.

A questão dos refugiados

Para controlar o fluxo migratório, principalmente de refugiados, o governo moçambicano criou o INSTITUTO NACIONAL DE APOIO AO REFUGIADO (INAR) pelo Decreto no 51/2003 de 24 de Dezembro. Mas, antes da sua criação, este organismo já vinha funcionando a cerca de 26 anos sem uma norma jurídica que só foi possível tê-la em 2003, isto é, dois anos após a abertura do Centro de Refugiados de Maratane na Província nortenha de Nampula. De 1977 à 1985, o INAR funcionava como Núcleo de Apoio aos Refugiados e Movimentos de Libertação (NARML), onde o seu objetivo era a prestação de apoio aos Movimentos de Libertação e Refugiados Individuais em Moçambique.

No período compreendido entre 1986 a 1996, o INAR passou a funcionar como Núcleo de Apoio aos Refugiados (NAR), com a missão de coordenar os fugiados que chegavam ao país, bem como os deslocados internos do Conflito que assolou o país em 16 anos. Mais tarde, foram criados os Serviços Provinciais de Migração, tutelados pelo Ministério do Interior, instituições essas encarregues por zelar pelo fluxo migratório e das questões legais, diferentemente do que aconteceu no Brasil com o governo Vargas que:

Foi marcado pelo fortalecimento dos projetos de seleção e restrição direcionados ao ingresso de novos estrangeiros e pelo incremento de políticas de controle e repressão sobre os (...) imigrantes, especialmente aqueles que se concentravam em núcleos coloniais, acusados de serem de “difícil assimilação”. Após a Constituinte, Vargas criou a Comissão de Imigração, presidida por Olivei-



Foto: Sérgio Taibo

Sala de aula onde as crianças hutus e tutsis aprendem a ler e escrever sem distinção da sua origem.

ra Vianna, a qual acabou por sugerir a criação de um órgão que centralizasse o controle sobre a entrada de estrangeiros e também sobre a distribuição, fixação e assimilação dessas populações no território nacional. (GERALDO, 2002, p. 172-173).

Esta medida tomada pelo governo Vargas tinha como objetivo mostrar que a centralização dos serviços tornaria mais eficiente o controle e a fiscalização da imigração. Apesar da tendência assimiladora que os imigrantes estão sujeitos, estes procuram na medida do possível conservar a sua identidade étnica evitando contrair, por exemplo, matrimônio com os nativos, apesar de existirem casos em que este laço matrimonial ocorre com pessoas de etnias diferentes como forma de permitir uma fácil integração na sociedade em que se encontra ou até mesmo ganhar destaque ou uma ascensão social.

Para essa situação, MONSMA realça que *muitas famílias de origem imigrante em vias de ascensão social também se casaram (...), o que, provavelmente, facilitava sua integração com a elite local, mas estas famílias também podiam ganhar a aprovação da elite sem o casamento (...) e sem rejeitarem suas origens e mudarem sua identidade étnica* (MONSMA, 2010, p.538).

Portanto, a miscigenação social que existe é algo de extraordinário, porque em Moçambique os povos que lutavam em seus países de origem partilham o mesmo espaço e convivem sem problemas, apesar de no princípio existir um olhar de desconfiança. Exemplo disso são os hutus e tutsis de Ruanda e Burundi.

Como seus filhos frequentam as mesmas escolas, partilham o mesmo espaço, cultura, língua, etc., a interação ocorre naturalmente. Com base nesse princípio, se pode afirmar que *a imigração cria uma*



Foto: Sérgio Taibo

Refugiados de diversas nacionalidades no momento de lazer



Foto: Sérgio Taibo

Página anterior: Sector da Mulher e Acao Social onde homens e mulheres de nacionalidades diferentes trabalham em prol de interesses comuns

solidariedade reativa, no sentido de que, os membros do mesmo “grupo étnico” apoiam-se no país de acolhimento enquanto este apoio não existe no país de origem (HEISLER, 2008, p. 87 apud CADEADO et al. 2009, p. 50). Apesar de existirem certas restrições legais, os imigrantes têm a liberdade de praticar e manifestar as suas crenças religiosas, usar a sua língua de origem, hábitos culturais e a sua maneira de ser e estar esclarecidas acerca dos imigrantes; por último, o ódio, acontece quando num espaço de tempo curto, o imigrante consegue reunir um poder econômico que incomoda o nativo.

Todavia, três são os aspectos que uma determinada sociedade toma em consideração diante da presença de quem não faz parte do seu contexto cultural: aceitação, indiferença e ódio. A aceitação acontece quando o mesmo proporciona um certo grau de desenvolvimento para a referida comunidade, causando um impacto positivo; a indiferença verifica-se principalmente nos centros urbanos onde as pessoas já estão mais informadas e esclarecidas acerca dos imigrantes; por último, o ódio, acontece quando num espaço de tempo curto, o imigrante consegue reunir um poder econômico que incomoda o nativo.

Segundo CADEADO et al. (2009, p. 82) *as estratégias de integração (...) em Moçambique passam por 4 formas: a integração pelo casamento, pelo trabalho, pela escola e pela religião*. Na opinião do autor, não bastam somente estes quatro elementos, é necessário acrescentar outro elemento de extrema importância que é a língua. Uma vez que a maior parte dos imigrantes fala francês e inglês, há uma necessidade urgente de aprender a língua portuguesa, de forma a facilitar a integração e o enquadramento no contexto sociocultural do país de acolhimento.

Portanto, os processos migratórios, tal como se tentou mostrar anteriormente, produzem diferentes impactos quer no local de saída quanto de chegada. O que importa é que os hutus e tutsis, que nos seus locais de origem se confrontam, em Moçambique não encontram espaço para essas querelas, seja por estarem fora do seu contexto geográfico, seja por encontrarem uma sociedade com relativa estabilidade política e um franco desenvolvimento econômico, mesmo que diferenciado.

Considerações Finais

Fazem parte destes imigrantes que escalam Moçambique os hutus e tutsis, que nos seus locais de partida se confrontam e no local de chegada formam laços de fraternidade dada a situação de dependência em que se encontram. Porém, a presença destes não têm sido encarada de bom agrado pela comunidade receptora, por acreditarem que sejam os fomentadores da desordem e criminalidade que vai acontecendo no país.

O próprio Estado considera os imigrantes como se fossem uma ameaça à sua existência pelas experiências vividas anteriormente em certos países como o Uganda, onde imigrantes ruandeses criaram a Frente Patriótica Ruandesa e derrubaram o Governo constituído pela maioria Hutu, ou na Jordânia, onde em 1970 os imigrantes palestinos tentaram derrubar o Rei Hussein II.

Contudo, são várias as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, mesmo que sendo de origem étnica diferente. Estes sentem-se obrigados a assimilar parte da cultura moçambicana para que se possam sentir integrados dentro da sociedade acolhedora. Esta assimilação começa com a aprendizagem da língua e, posteriormente, por meio da educação, matrimônio

e trabalho, apesar de este último aspecto não ser visível dadas as dificuldades administrativas com que o governo se depara nos últimos anos.

Por outro lado, os imigrantes hutus e tutsis têm a liberdade de praticar e manifestar as suas crenças religiosas, usar a sua língua de origem, hábitos culturais e a sua maneira de ser e estar. Com esta prática, fica claro que a sociedade moçambicana é aberta à integração dos refugiados, apesar de passarem por uma fase de aceitação, indiferença e ódio.

Portanto, os problemas étnicos vividos na região dos Grandes Lagos, concretamente em Ruanda e Burundi, entre os hutus e tutsis, não se verificam em Moçambique, apesar destes manterem as suas identidades étnicas e assimilarem certos traços culturais da comunidade local.

Notas de fim:

1. A lei que aprova essa nova divisão administrativa foi a Resolução nº5/80 de 26 de junho de 1980. Porém, é importante salientar que, só em fevereiro de 2005 foi nomeada a primeira governadora, o que quer dizer que até esta altura, o cargo esteve vago.

2. Instituto Nacional de Estatística.

3. Emakwa, emakua, makua ou makhuwa. Segundo o Padre Prata (1970), o etnónimo Macua provém da palavra nkhuwa (plural makhuwa), que significa grande extensão de terra, sertão, selva, deserto, etc., mas esta palavra teve, até ao século XX, uma acepção pejorativa até injuriosa ou ofensiva, sendo utilizada pelos islamizados do litoral com o significado de “rude”, “selvagem”, “atrasado”.

4. Região sem contacto com o mar

5. De acordo com esta política, as colónias passaram a ser oficialmente consideradas “províncias ultramarinas” desde 1951 e, a partir de 1953, o governo português adotou os chamados “Planos de Fomento”, particularmente virados para o desenvolvimento das infraestruturas.

6. Movimento anticolonialista que lutou pela independência de Moçambique em 1975. Com a realização do IIIo Congresso em 1977, este movimento decidiu transformar-se em partido político de orientação Marxista-Leninista. Atualmente, é o partido no poder desde à independência nacional.

7. É a segunda maior força política do país fundada logo após a independência como um movimento contra o ideal Marxista-Leninista da FRELIMO

8. Os tutsis são povos que na sua maioria têm como atividade econômica a pecuária, enquanto os hutus praticam a agricultura.

Referências Bibliográficas

AMSELLE, Jean-Loup & M'BOKOLO, Elikia (orgs.). *No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARNALDO, Carlos; MUANAMOHA, Ramos. *Tendências e Desafios do Crescimento da População em Moçambique*. In: ARNALDO, Carlos; CAU, Boaventura (Org.). *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique*. Maputo: Cepsa, 2013.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2007.

CADEADO, Calton, et all. *Imigração em Moçambique: Impacto Sociopolítico, Econômico e Cultural*. Maputo, Dezembro de 2009.

FARIA, Maria Rita Fontes. *Migrações Internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa laboral, 2005*.

FONSECA, Danilo Ferreira da. *Etnicidades de hutus e tutsis no manifesto hutu de 1957*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 17, n. 26, 1º sem. 2016.

GERALDO, E. *O combate contra os 'quistos étnicos': identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo*. Locus. Revista de História Juiz de Fora. Vol. 15, nº. 1, 2009.

KEELY, C. *Demography and International Migration*, in: C. Brettel e J.V Hollifield (ed.), *Migration Theory – Talking across Disciplines*. London: Routledge. 2000.

LEITE, Maria Luísa e UMBELINO, Jorge. *Geografia*. Plátano Editora. 3º ciclo do ensino Básico, 7º ano de escolaridade. Amadora, 1994.

MOKHTAR, Gamal (Ed). *História Geral da África, II: África antiga*. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

MONSMA, Karly. *Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização Depois da Abolição no Oeste Paulista*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010.

MUCHANGOS, Aniceto dos. *Moçambique, Paisagens e Regiões Naturais*. Maputo, 1999.

PATRICIO, Gonçalves. *A migração internacional e o processo de desenvolvimento na região norte de Moçambique: estudo de caso da província de Nampula*. Tese de Doutorado em estudos de desenvolvimento. Universidade de Lisboa – ISEG. Lisboa, 2015.

PEIXOTO, João. *As Teorias explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macrosociológicas*. Lisboa, ISEG, SOCIUS working paper, 2004.

PÉLISSIER, René. *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Vol. I, 3a ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

PORDOMO, Rosa Pére. *Os efeitos da Migração, Brasília: 2007*.

RAIMUNDO, Inês. *Mobilidade da população, pobreza e feitiçaria no meio rural de Moçambique*. In: Revista Científica Inter-Universitária Economia, Política e Desenvolvimento, v. 1, 2009.